

Nota aos membros do Conselho Pleno da Universidade Federal de Goiás

Como é do conhecimento de todos, os servidores da UFG obtiveram, há vários anos, uma conquista da mais alta importância: a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais. Por diversas vezes, tentaram suprimir esta conquista. Resistimos e vencemos. Agora, novamente, a jornada de 30h encontra-se sob ameaça.

Isso acontece justamente numa conjuntura em que o governo federal investe com unhas e dentes contra outras conquistas históricas dos SPF. Foi assim com o Regime Jurídico Único no qual utilizou-se de Medida Provisória para mutilá-lo. Visando a implementar novos golpes contra a categoria, o governo quer por todos os meios aprovar a Reforma Administrativa, na qual a quebra da estabilidade do servidor figura como uma das propostas principais. Além disso, deseja implementar um projeto de Autonomia Universitária incompatível com os anseios da comunidade universitária e altamente prejudicial a estes segmentos.

Em meio a tudo isso, estamos sendo surpreendidos com a retomada da discussão acerca da obrigatoriedade das 40 horas semanais. Isso, num momento em que servidores e professores acabam de realizar uma greve de 64 dias em defesa da universidade, por mais verbas para estas instituições e em nome da própria dignidade destas categorias. Refletindo sobre isso, a conclusão é uma só: o debate sobre as 40 horas é um retrocesso inominável. Querer impingí-lo à categoria, especialmente num momento em que o servidor enfrenta grandes dificuldades de sobrevivência — há 20 meses estamos sem reposição salarial — é, para se dizer o mínimo, um enorme contrasenso.

Quais as consequências que a medida acarretaria aos servidores? O arrocho salarial impeliu muitos servidores para outras fontes de sobrevivência, o que os levou a organizarem as suas vidas sob esses moldes, contando com uma jornada de trabalho de 30 horas. Uma mudança nessa questão significa alterar todo um planejamento familiar, afetando cada servidor em particular. Isso tem que ser muito bem pesado e medido.

Achamos, diante do exposto, que a posição mais sensata a ser adotada é a que aponta para a extensão da jornada de 30 horas para todos os servidores. E que seja efetivamente cumprida pelo conjunto da categoria. O Sint-UFG assume, de público, o compromisso de empenhar-se na defesa de um instrumento capaz de exigir o cumprimento da jornada de trabalho. ←

Mas uma coisa tem que ficar claro: essa discussão acontece num momento inoportuno e extemporâneo. Pela dimensão e importância dessa tema, deveriam, necessariamente, estar envolvidos todos os segmentos diretamente afetados pela medida, especialmente, os técnico-administrativos. Ocorre que parcela significativa desse segmento encontra-se em férias, bem como os docentes. Conclusão: exclui-se do debate, de pronto, uma fração importante. Por isso, não se pode dizer que a democracia está sendo respeitada.

Acreditamos que para produzir uma ampla discussão envolvendo esse tema, de tal sorte que o assunto seja analisado em suas diferentes nuances, é fundamental envolvermos uma parcela expressiva dos segmentos que serão afetados. Do contrário, corre-se o risco de se tomar decisões precipitadas e autoritárias. Esse tema, voltamos a frisar, merece maior reflexão e aprofundamento. Só assim teremos decisões maduras, democráticas e sábias.

Goiânia, 18 de julho de 1996